



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

ENVELHECIMENTO E O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA PESSOAS IDOSAS

Emanuelle Gomes dos Santos ¹

RESUMO

O envelhecimento da população mundial avança rapidamente. Este fenômeno pode ser observado mais recentemente no Brasil, país onde é carregado de heterogeneidades e singularidades. O presente artigo visa analisar o fenômeno do envelhecimento humano e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas Idosas (SCFV), a partir da compreensão do envelhecimento marcado por heterogeneidade e se esse serviço parte dos determinantes que particularizam o envelhecimento dos/as usuários/as da assistência social e se funciona realmente como preventivo das situações de risco social.

Palavras-Chaves: Envelhecimento. Política de Assistência Social. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

ABSTRACT

The aging of the world population advances rapidly, this phenomenon can be observed more recently in Brazil, a country where it is loaded with heterogeneities and singularities. This article aims to analyze the Service of Coexistence and Strengthening of Links for Elderly People from the understanding of aging in Brazilian society and all its implications in the lives of users of this service.

Keywords: Aging. Social Work. Social Protection.

INTRODUÇÃO

O avanço do processo de envelhecimento demográfico é um fenômeno observado mundialmente, pois o número de pessoas idosas compoendo a população

¹ Aluna do curso de Serviço Social da Universidade federal do Piauí. Bolsista de Iniciação Científica.

mundial avança rapidamente. Segundo dados Organização Mundial da Saúde (OMS), a população mundial com mais de 60 anos, que em 2014 eram 841 milhões de pessoas, passará para o número de 2 bilhões de pessoas em 2050. Para o enfrentamento desse fenômeno Estado e sociedade precisam se prepararem, com o desenvolvimento de pesquisas científicas que tem como objetivo compreender o processo de envelhecimento, as condições de vida no que diz respeito ao nível de renda, nível de informação, o cuidado com a saúde, acesso às políticas sociais públicas, dentre outros fatores que incidem nas condições de autonomia, independência e participação dessa população.

Em inúmeros países, especialmente, os centrais/desenvolvidos a longevidade já faz parte de suas realidades, como nos países europeus, como também no Japão um país onde, as pessoas idosas, são valorizadas culturalmente e possuem uma simbologia para os mais jovens. Esta realidade de conviver com pessoas de mais idade vem sendo experienciada mais recentemente pelo Brasil, onde o perfil da população vem se alterando de, uma sociedade majoritariamente jovem, para uma crescente população idosa em um curto espaço de tempo, segundo o Censo (IBGE, 2010), a população brasileira neste ano com menos de 14 anos representava 24,1%, no ano de 1991 esta parcela populacional representava 34,7%, no que se refere as pessoas com mais de 65 anos este número passou de 4,8% em 1991 para 7,4% em 2010. E nos dias de hoje já são 11% da população do país.

Diante deste cenário, a sociedade brasileira deve estar preparada para possibilitar uma boa qualidade de vida à população idosa e pensar no convívio social desta com as outras gerações, adaptando toda a infraestrutura física das cidades e criando políticas pública para atender este público. A proteção social deveria se alterar de modo que, os sistemas de seguridade social atendessem com prioridade absoluta aos idosos/as. O Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social, passam a ser pensados com programas e serviços específicos para este público alvo. Enfatiza-se que a produção científica no campo da gerontologia, deve ser incentivada pois estudos como estes são fundamentais para a sociedade em geral, sendo que através deles, possibilita-se apreensão das necessidades da pessoa idosa, além de serem fonte teórica que podem auxiliar estudos que culminam na formulação das políticas públicas.

Pretende-se na pesquisa, que deu origem a este artigo, analisar o processo de envelhecimento no país, a partir da compreensão da heterogeneidade das formas de envelhecer, uma vez que o Brasil possui uma extensão territorial de dimensões continentais e de amplas desigualdades sociais. No seu território, há inúmeras particularidades e diferenças sociais, de classe, de gênero, raça/etnia e regionais que consequentemente afetam o modo de envelhecer de cada pessoa. Os determinantes de classe, geram duas formas antagônicas de envelhecer, o da classe dominante e o da classe dominada. A condição de trabalhador/a faz parte dos determinantes macroestruturais que diz respeito a sociedade capitalista. Essa condição para os trabalhadores é de fundamental importância, pois, é a partir do trabalho ou da falta deste, que o trabalhador quando idoso poderá ou não acessar a aposentadoria ou renda advinda de benefícios socioassistenciais, além da saúde pública, educação, dentre outras.

A classe se materializa em sujeitos que tem sexo, cor, etnia e idade. O determinante de raça também é um determinante de extrema relevância especialmente no Brasil, onde a organização econômica do país foi baseada na escravidão de pessoas negras e africanas, o que trouxe consequências que perduram até hoje. O determinante de gênero, fator este que implica na condição da mulher e na divisão sexual do trabalho, o que acarreta um processo de envelhecer diferente dos homens.

O objetivo principal deste artigo, foi realizar uma análise do envelhecimento das classes populares ou trabalhadoras e de um dos serviços estudados no grupo de pesquisa, nesse caso específico o Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas Idosas (SCFV), abordando o público-alvo do serviço, seus principais objetivos, os profissionais envolvidos e como ocorre sua implementação: modelos dos grupos e encontros e etc.

A pesquisa é do tipo descritiva e explicativa, pois visa descrever as características de um determinado fenômeno populacional e explicar os fatores que contribuem de alguma forma para a ocorrência do fenômeno a ser abordado (GIL, 2002), ancorada no método histórico dialético. Esse método é capaz de superar a imediatez da realidade e atingir a essência, como resultado de múltiplas determinações. O método permitirá uma análise capaz de partir da singularidade, desvendar particularidades e sua relação com a totalidade através de mediações que permeiam e permitem chegar a um

concreto síntese de múltiplas determinações. A abordagem metodológica adotada na pesquisa é a qualitativa, pois visa dados que não podem ser quantificáveis, como práticas, valores opiniões, representações (MINAYO, 1999).

A pesquisa empírica será de campo, com entrevistas semiestruturadas aos profissionais das equipes e idosos usuários dos serviços prevista para o primeiro semestre de 2020. Apresenta-se aqui a revisão de literatura e análises documentais.

2 HETEROGENEIDADE NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

O processo de envelhecimento mundial acima citado, é um fenômeno que atravessa fronteiras e apesar de ser vivenciado pela grande maioria das sociedades, independente da sua localização territorial, o envelhecimento se diferencia consideravelmente a partir de inúmeras circunstâncias, pois a sociabilidade de cada país se diferencia, afetando assim o próprio entendimento sobre o processo de envelhecimento vivenciado por cada pessoa.

O envelhecimento humano é um processo biopsicossocial, combinação de fatores que são variáveis por questões estruturais e individuais. Mas, esses elementos são articulados, ocorrem numa dialética de interação, portanto, não basta descrevê-los isoladamente. Como destaca Beauvoir (1990, p.16):

Enfim, a sociedade destina ao velho seu lugar e seu papel levando em conta sua idiosincrasia individual: sua impotência, sua experiência; reciprocamente, o indivíduo é condicionado pela atitude prática e ideológica da sociedade em relação a ele. Não basta, portanto, descrever de maneira analítica os diversos aspectos da velhice: cada um deles reage sobre os outros e é afetado por eles; é no movimento indefinido desta circularidade que é preciso apreendê-la.

Dentre os elementos estruturais destacam-se fatores como pertencimento de classe, situação de gênero, raça e etnia. Os individuais estão relacionados a carga genética e como cada um responde e sofre os impactos dos fatores estruturais se expressando em condições de vida que determinam os estilos de vida, comportamentos, atitudes, dentre outros.

Dentre os determinantes estruturais a inserção nas estruturas produtivas são os mais incisivos, dada a centralidade do trabalho na vida das pessoas, principalmente, a existência do trabalho assalariado. Assim, a posição de classe dos indivíduos é um dos

diferenciadores fundamentais, que são vividos de forma variável conforme o sexo, cor, idade, nacionalidade, dentre outros.

No caso do Brasil, dos diversos aspectos que são determinantes para o envelhecer de seus habitantes, ressalta-se também a condição raça/etnia. Os negros em sua grande maioria têm sua trajetória de vida afetada de alguma maneira pela condição da cor da pele negra, sofrendo com a discriminação, com a opressão, com um lugar menor reservado, principalmente, se forem pobres. Neste país, uma vez que historicamente a escravidão fez parte de sua história, a figura da pessoa negra é carregada de discriminações que impactam em sua condição como pessoa trabalhadora e conseqüentemente como pessoa idosa, no qual se somam os estigmas. Para Borges *et al.* (2019, p.135):

Cabe notar que a desigualdade que cerca a vida dos/as negros/as é histórica e estruturante da sociedade brasileira, com as particularidades que o seu capitalismo tardio e sua burguesia, emersa do setor agrário, imprimem, portanto, não é um reflexo apenas de um momento presente ao mercado de trabalho atual, ao contrário, se alimenta e retroalimenta-se das discriminações presentes nas relações sociais construídas e fundadas em uma cultura escravocrata presente no país.

Gênero é o outro fator determinante nos quais o envelhecimento de uma pessoa é notadamente afetado. O trabalhador homem, vive do trabalho produtivo, aqueles que tem trabalho formal e protegido. Assim, em sua velhice terá uma aposentadoria na qual este sobreviverá. Sendo um trabalhador homem da classe trabalhadora, branco, em uma sociedade que reduz direitos, poderá ser obrigado a complementar sua renda com o trabalho informal. Já um trabalhador negro que sempre viveu no desemprego e trabalho informal, continuará para sobreviver na velhice nesse trabalho, especialmente quando não tem acesso aos benefícios assistenciais, como o BPC.

No caso das mulheres quando estas não estão na posição de aposentadas, a maioria estão na condição de cuidadoras do lar e da família, função esta que já foi desempenhada ao longo de toda sua vida e faz parte de um trabalho realizado e não pago pelo capital que continua na velhice. As mulheres negras trabalham no cuidado em suas casas e nas casas dos patrões cuidado de seus filhos, de suas casas, sem não conseguir aposentadorias que garanta a sua sobrevivência e de sua família, vivem na pobreza muitas vezes por não poderem mais trabalhar. Assim, classe e gênero estão

articulados e vão delimitar as possibilidades ou não de na velhice viver de forma saudável, ativa, vigorosas, em conformidade com Motta (1999, p.209):

Autoafirmar-se no cotidiano é a primeira forma de diferenciação da velhice segundo os gêneros e as classes sociais. As mulheres, voltadas desde o início á domesticidade e ao cotidiano, e alguns dos mais pobres, que não têm quem os proteja ou os substitua em tarefas e na provisão da família, têm permanecido mais ativos. E reconhecem-se assim. Declaram-se vigorosos, saudáveis, independentes, principalmente as mulheres.

Esta representação imagética do idoso ativo e saudável é propagada pela grande mídia com propagandas que objetivam a venda de produtos de beleza, remédios que prometem o emagrecimento, o rejuvenescimento, a qualidade de vida. São representações que fazem parte de uma construção social da velhice, geralmente da classe média brasileira. Ou seja, que não condiz com a realidade da grande maioria da população idosa que vive ou viveu do trabalho assalariado, informal e precário. Segundo Debert (2012, p.220), há um descompasso entre as pesquisas de alguns gerontólogos mais críticos, e outros ditos pós-modernos, atuais, na forma de abordar a velhice:

Os gerontólogos traçaram o perfil do idoso como vítima privilegiada da miséria, mas os velhos pesquisados e apresentados pelos meios de comunicação são seres ativos, lúcidos, participantes, prontos para viverem um dos momentos mais de suas vidas, nos quais o único dever é a realização pessoal. Em um país em que os direitos básicos do cidadão são tão desrespeitados, a universalização do direito à aposentadoria, mesmo não sendo mais que um salário-mínimo, significou uma conquista social importante.

Neste sentido é de primordial importância um sistema de garantias de direitos consolidado, garantindo um envelhecimento com dignidade, com qualidade de vida, onde a proteção social faça parte do dia a dia das pessoas idosas. Todavia, serviços universalizantes poderão ser complementados com outros mais focalizados, para garantir equidade e justiça social. Nessa condição, emerge os serviços da assistência social, para um público específico, setores populares, pobres e vulneráveis. Entretanto, o serviço parte de uma visão de envelhecimento marcado pelas heterogeneidades? Pelas especificidades da condição social dos seus usuários? Leva em consideração que situações de isolamento, solidão, violações, dependências, estão articuladas as condições sociais, acesso às políticas públicas?

Como nos diz Faleiros (2014), autonomia, independência e participação, não são determinados apenas pela sociabilidade da pessoa idosa com a comunidade, a

solidariedade intergeracional, suas atitudes e comportamentos, mas por determinantes econômicos, sociais e políticos.

A perda da capacidade funcional precisa estar articulada ao suporte social e ao autocuidado, pois as trocas sociais são fundamentais para assegurar a qualidade de vida na complexidade das relações humanas e das relações sociais nas condições objetivas em que se envelhece. A velhice se apresenta, se representa e se estrutura nas determinações da economia internacional e nacional, pelo enfrentamento de interesses e articulação das dominações sociopolíticas e pelo pacto legal estabelecido e efetivado. (FALEIROS, 2014, p.17):

No pacto legal estão as políticas públicas, dentre elas a Política de Assistência Social, na proteção social básica e especial. Destaca-se, neste estudo, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

3 O DESENHO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA PESSOAS IDOSAS SCFVI

Ao analisar a legislação pertinente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos disposta na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e nas Orientações Técnicas para os CRAS, documentos estes que, indicam o modelo de organização e o traçado metodológico a ser seguido para a implementação do SCFV, devem ser considerados como aspectos preponderantes para organização deste serviço: a centralidade do papel da família no processo de envelhecimento, a família como responsável pelo cuidado da pessoa idosa, a visão de envelhecimento compreendida pelo Ministério de Desenvolvimento Social, levando-se em consideração as particularidades da sociedade brasileira.

A família se constitui como o primeiro grupo social, no qual os indivíduos fazem parte, sendo este grupo de essencial importância para a sociabilidade destes, uma vez que esta imprime significados no modo de ser dos indivíduos. O convívio entre os membros de uma família se relaciona com todas as transformações societárias, ou seja, é afetado, reage, mantém, se adapta movida por essas mudanças. Os modelos de família alteram-se ao longo dos anos, sendo compreendidos pela Política Nacional de Assistência Social, como formando família os indivíduos que possuem laços de pertencimento sejam eles sanguíneos e/ou afetivos. Apesar desse avanço, ainda vê a responsabilidade sobre os idosos/as a priori como sendo da família, e visa potencializar

essa função protetiva das famílias. Assim, a sociedade e o Estado são vistos como esferas de apoio para a garantias dos direitos fundamentais.

Como previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988, no que se refere ao amparo às pessoas idosas, a família é compreendida como, instituição primeira, responsável por garantir direitos básicos e dignidade no processo de envelhecimento desta parcela da população considerada idosa:

Art.230.A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. (BRASIL,1988, p.89).

Apreende-se assim, que o Estado brasileiro, possui uma legislação que se baseia em um caráter familista, em relação a assistência e aos cuidados com os idosos, fato este que impacta diretamente na formulação das legislações que se referem às políticas destinadas ao público idoso. No âmbito das políticas sociais, a família é tomada como unidade protetiva, a partir da capacidade desta de assegurar as condições mínimas de vida a pessoa idosa. Os rebatimentos desta visão são perceptíveis na formulação das Orientações Técnicas para implementação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em conformidade com a mesma:

A política de assistência social tem como um dos seus objetivos “assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária”. Isso quer dizer que compreende a família como unidade de atenção primeira e é também no seu contexto que os indivíduos são considerados. Assim, a velhice, compreendida como uma fase do ciclo de vida é percebida na relação da pessoa idosa e sua família. (BRASIL, 2012, p. p.30)

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que faz parte da proteção social básica, e é um serviço complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF). A rede de atendimento que viabiliza o PAIF e consequentemente o SCFVI está fundamentado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de cada território, entidade responsável pela implementação e referenciamento dos centros de convivência. Toda a organização do SCFVI está pautada na premissa da proteção social básica, a partir do atendimento nos CRAS, que referencia os usuários a partir das suas famílias. Isso significa que além do atendimento do idoso/a em um serviço específico, sua família poderá ser atendida no PAIF.

Entretanto, apesar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos destinado à pessoa idosa, ser um serviço preventivo, a situações de isolamento e solidão entre os idosos, eles não se dirigem a todos os idosos em situação de vulnerabilidade social de um determinado território, mas sim para um grupo extremamente seletivo. Trata-se de um processo de focalização com sinônimo de seletividade. Seu público-alvo são:

Idosos com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, em especial:

- Idosos beneficiários do Beneficiário de Prestação Continuada;
- Idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Idosos com vivências de isolamento social por ausência de acesso a serviços e oportunidade de convívio familiar e comunitário cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço. (BRASIL, 2014, p.19):

A partir desta leitura, apreende-se que o SCFVI, é um serviço de caráter seletivo, porque de uma forma geral os encaminhados para o serviço são geralmente o que já apresentam situações específicas, na proteção especial e até mesma no PAIF. As restrições orçamentárias da política de austeridade desde 2016 vem afetado a qualidade do serviço, sua rotina e programação, restringindo o público que acessa ao mesmo.

Também se observa que a visão de envelhecimento é generalista, demográfica, sem entrar nas particularidades do envelhecimento da classe trabalhadora, especialmente, dos mais pobres e excluídos do trabalho formal e protegido. A questão do isolamento, da solidão, da fragilização dos vínculos é tomada como comuns a todas as formas de envelhecer, inclusive dos mais pobres. O que inviabiliza suas necessidades sociais e coloca todos dentro da lógica do envelhecimento ativo, desconsiderando suas condições de existência.

Atividades lúdicas, manuais, recreativas, culturais já foram colocadas como objetivos de programas dirigidos às pessoas idosas, muito antes da PNAS, SUAS e Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais. Entretanto, o diferencial é que o SCFV para o segmento deve ser definido, programado, planejado buscando a atingir objetivos e pensado numa perspectiva de totalidade, envolvendo família, e de cunho preventivo.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve ser desenvolvido de forma planejada, a partir de “situações desafiadoras” que devem ser criadas com o objetivo de orientar, estimular e promover o desenvolvimento de habilidades, aquisições e potencialidades de forma progressiva. Assim, busca romper com ações pontuais, não planejadas e sem definição clara de objetivos, constituindo em um serviço caracterizado por atividades

continuadas, ressaltando os objetivos da proteção social básica de prevenção de riscos sociais e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2012, p.51).

O caráter tecnicado, planejado, sistemático e contínuo do serviço, entretanto é constantemente ameaçado na atual conjuntura brasileira. O SCFVI prevê, a prevenção de risco social, a partir do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Dentre eles: o da dependência, do isolamento e solidão. Assim, a autonomia dos idosos também é estimulada, pois as atividades envolvem a cultura, artes, atividades físicas viabilizando um processo de socialização, inclusão, fortalecimento da auto-estima, interação com outros da mesma idade e de outra geração, compartilhando experiências do processo do envelhecer ativo e saudável no qual, os idosos se entendam como sujeitos de direitos e possam acessar os serviços socioassistenciais de seus respectivos territórios.

Entretanto, seria necessário analisar com se dão as relações entre o SCFV e o PAIF, para verificar como e em que circunstâncias a família da pessoa idosa usuária do serviço é envolvida nos serviços. Ou o serviço continua isolado e fechado no segmento idoso? Só a pesquisa empírica poderá apontar respostas.

A equipe pensável pela execução do SCFVI é composta por um técnico de nível superior de referência do CRAS, que é o profissional que está referenciado ao SCFVI. Este profissional é responsável por compreender as situações de vulnerabilidade e risco social, as potencialidades presentes no território referenciado pelo CRAS, receber a frequência mensalmente, realizar reuniões com o orientador social do SCFV, registrar ações com idosos e suas famílias, articular ações que potencializem boas experiências no território do CRAS, avaliar os resultados do SCFV, dentre outras (BRASIL, 2012).

O segundo profissional que deve compor a equipe é o Orientador Social, este é um técnico que deve possuir pelo menos o nível médio completo e conhecimentos sobre o SCFVI bem como da Política Nacional de Assistência Social e o Estatuto do Idoso, este profissional deverá “auxiliar na construção do ambiente onde serão desenvolvidas as atividades, registrar as frequências, viabilizar as informações sobre o SCFVI, informar ao técnico de referência” (BRASIL, 2012, p.46).

O terceiro profissional que deve compor a equipe do SCFVI é o Facilitador, que poderá auxiliar o Orientador Social, ou profissional de outras instituições, da comunidade, ou estagiário. O Facilitador é responsável por: “desenvolver e coordenar

atividades que envolvem arte, cultura, esporte e lazer, oficinas que objetivem a promoção do convívio social e comunitário, participar de capacitações e das atividades de planejamento e avaliação em conjunto com os outros membros da equipe de profissionais” (BRASIL,2012, p.46).

Todavia, será que na implementação os municípios mantêm a equipe mínima para garantir qualidade ao atendimento? Há muitos CRAS que realizam o SCFV na sua própria estrutura física, não tem orientador social, sequer facilitador, sendo o serviço também efetivado pelos assistentes sociais e psicólogos da equipe de referência.

A implementação do SCFVI é desenvolvida a partir do traçado metodológico, que está disposto nas Orientações Técnicas para os CRAS' (BRASIL, 2012). São dispostos como serão realizados os encontros, oficinas, atividades e como serão organizados os encontros dos grupos do SCFVI, os encontros são divididos em percursos nos quais são sugeridas temáticas a serem trabalhadas nestes encontros, a seguir segue os modelos de encontros:

4 O TRAÇADO TÉCNICO E METODOLÓGICO DO SCFVI

A equipe repensável pela execução do SCFVI é composta por um técnico de nível superior de referência do CRAS, que é o profissional que está referenciado ao SCFVI. Este profissional é responsável por compreender as situações de vulnerabilidade e risco social, as potencialidades presentes no território referenciado pelo CRAS, receber a frequência mensalmente, realizar reuniões com o orientador social do SCFV, registrar ações com idosos e suas famílias, articular ações que potencializem boas experiências no território do CRAS, avaliar os resultados do SCFV, dentre outras (BRASIL, 2012).

O segundo profissional que deve compor a equipe é o Orientador Social, este é um técnico que deve possuir pelo menos o nível médio completo e conhecimentos sobre o SCFVI bem como da Política Nacional de Assistência Social e o Estatuto do Idoso, este profissional deverá “auxiliar na construção do ambiente onde serão desenvolvidas as atividades, registrar as frequências, viabilizar as informações sobre o SCFVI, informar ao técnico de referência” (BRASIL, 2012, p.46).

O terceiro profissional que deve compor a equipe do SCFVI é o Facilitador, que poderá auxiliar o Orientador Social, ou profissional de outras instituições, da comunidade, ou estagiário. O Facilitador é responsável por: “desenvolver e coordenar

atividades que envolvem arte, cultura, esporte e lazer, oficinas que objetivem a promoção do convívio social e comunitário, participar de capacitações e das atividades de planejamento e avaliação em conjunto com os outros membros da equipe de profissionais” (BRASIL,2012, p.46).

Todavia, será que na implementação os municípios mantêm a equipe mínima para garantir qualidade ao atendimento? Há muitos CRAS que realizam o SCFV na sua própria estrutura física, não tem orientador social, sequer facilitador, sendo o serviço também efetivado pelos assistentes sociais e psicólogos da equipe de referência.

A implementação do SCFVI é desenvolvida a partir do traçado metodológico, que está disposto nas Orientações Técnicas para os CRAS' (BRASIL, 2012). São dispostos como serão realizados os encontros, oficinas, atividades e como serão organizados os encontros dos grupos do SCFVI, os encontros são divididos em percursos nos quais são sugeridas temáticas a serem trabalhadas nestes encontros, a seguir segue os modelos de encontros:

Percurso I: O grupo criou vida.

Propósito do percurso: Constituir o grupo.

Percurso II: O grupo se viu.

Propósito do percurso: Refletir sobre a pessoa idosa, envelhecimento e relação familiar

Previsão de oito encontros e ao final deste percurso a realização de uma oficina.

Percurso III: O grupo olhou o mundo.

Propósito do percurso: Refletir sobre ser pessoa idosa, envelhecimento e relação familiar.

Previsão de dez encontros e ao final do percurso uma atividade com a comunidade.

Percurso IV: O grupo reinventou sua casa.

Propósito do percurso: Exercitar capacidades criativas, participação social e construção de projetos pessoais e coletivos.

Previsão de dez encontros e proposição de atividades pelos idosos e realização de uma segunda oficina.

Percurso V: E o grupo voou...

Propósito do percurso: Encerrar o grupo e criar possibilidades de encontros entre os participantes.

Previsão de seis encontros com uma atividade de encerramento, ao final propõem continuidade do grupo de SCFVI.

O traçado metodológico apresentado neste documento é apenas uma proposta, a equipe responsável pela implementação do SCFVI, pode alterar as modalidades de encontros e temáticas trabalhadas nos mesmos de acordo com os interesses e particularidades do grupo. Mas, é visível a limitação do procedimento a uma análise que chega a família e a comunidade. Que são apenas os mais visíveis e próximos dos/as idosos/idasas. É preciso uma reflexão mais ampla, gerar atividades lúdicas, recreativas, físicas, artísticas com propósito para além da ocupação do tempo livre.

5 CONCLUSÃO

Considera-se aqui a relevância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas Idosas, este se mostra como um serviço que gera um impacto na vida dos idosos e na sociedade em geral. As atividades oferecidas, de acordo com as normativas, envolvem também a família a comunidade e se relacionam com a arte, a cultura, a saúde e cidadania das pessoas com mais de 60 anos. É um serviço preventivo das situações de riscos sociais, entretanto, limitado pelos recursos orçamentários, pelo tipo de usuários que podem acessar, acentuando o caráter seletivo do mesmo e limitando seu caráter preventivo. A inserção da família é nebulosa, não se sabe se é para ser incluída na rede de serviço ou para assumir responsabilidades com seus idosos.

A fundamentação teórica sobre envelhecimento do serviço não adentra nas particularidades do grupo específico dos seus usuários, nas heterogeneidades do envelhecimento, na incidência das suas condições de vida sobre a forma de envelhecer desse grupo dentro do grupo populacional mais amplo de pessoas idosas, recaindo em análises demográficas generalizantes.

Verificar a implementação do serviço em Teresina-PI, será a etapa seguinte da pesquisa e que ampliar a visão do mesmo, da normatização à sua implementação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil. DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Página 89.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Orientações Técnicas. Brasília, dezembro de 2012.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009. Reimpressão de 2014. Resolução nº13, de 13 de maio de 2014 no Conselho Nacional de Serviço Social CNAS. Brasília-DF.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice.** Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BORGES, J. L. de Jesus et.al. **Trabalho, envelhecimento e (des)proteção social: a existência do/a trabalhador/a negro/a no Brasil.** In: TEXEIRA, S. de; PAIVA, S. O. C. e; SOARES, N. Envelhecimento e Políticas Sociais no contexto de crise e contrarreformas. Curitiba, CRV, 2019.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice e processos de privatização do envelhecimento.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. Envelhecimento no Brasil do século XXI: transições e desafios. **Revista Argumentum**, Vitória-ES, v. 6, n.1, p. 6-21, jan./jun.2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros.** Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2010. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf&ved=2ahUKewjbvu3A9PnAhVplrkGHRZXB2gQFjACegQIAxAB&usq=AOvVaw0FhZ9s9VjNj8vPYj1A9o64>> Acesso em 13 de fev. de 2020.

MOTTA, Alda Brito da. As dimensões de gênero e classe dócil na análise do envelhecimento. In: **Não tá morto quem peleia: a pedagogia inesperada nos grupos de idosos.** Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1999.

OMS. **Organização Mundial da Saúde.** Disponível em <<https://nacoesunidas.org/mundo-tera-2-bilhoes-de-idosos-em-2050-oms-diz-que-envelhecer-bem-deve-ser-prioridade-global/amp/>> Acesso em: 4 de Fev. de 2020.